

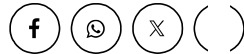


A UGT recusou a armadilha de escolher entre o mau e o péssimo



Daniel Oliveira

O Governo queria impor uma negociação em que o ponto de equilíbrio seria sempre a perda de direitos e recusá-lo seria intransigência. A UGT desmontou essa armadilha ao apresentar um pacote próprio, recusando negociar derrotas. Falta que a CGTP faça o mesmo, fazendo da negociação a continuação política da greve geral e disputando uma partilha mais justa dos ganhos tecnológicos entre o lucro e o trabalho



08:00

O Governo apresentou o pacote laboral partindo de um pressuposto político claro: que a negociação com as centrais sindicais deveria fazer-se exclusivamente sobre a sua proposta e as “traves-mestras” em que assenta. Isso significava que o “meio-termo” estaria algures entre o regime atualmente em vigor e o conjunto de alterações propostas pelo executivo. Ora, como quase todo o pacote laboral do Governo corresponde a uma redução de direitos, esse enquadramento colocava os sindicatos perante uma escolha artificial entre o mau e o péssimo. **Negociar, nesses termos, seria apenas discutir a dimensão da perda.**

Se os sindicatos recusassem esse enquadramento, a narrativa estava pronta: seriam acusados de intransigência, de bloqueio ao diálogo social e de falta de sentido negocial. A falácia era simples mas eficaz — fazer passar a ideia de que negociar é aceitar perder direitos e de que quem não aceita estes termos está contra o compromisso. O Governo tentava, assim, **transformar o recuo nos direitos dos trabalhadores num ponto de partida “realista” e a resistência numa irresponsabilidade.**

O que a UGT faz é ir a jogo desmontando o truque. Ao apresentar um pacote próprio, abrangente e coerente, **recusa que o meio-termo seja a perda de direitos e recoloca a negociação no lugar que lhe é próprio: partir do que existe.** O ponto intermédio, num processo negocial sério, não é entre direitos e menos direitos; é entre o existente e a melhoria. Ao fazê-lo, a UGT retira ao Governo a possibilidade de vender a ideia de

que negociar é ceder. Os sindicatos não negociam perdas, negociam conquistas. Essa é a sua função histórica e política.

A proposta da UGT parte de uma rutura clara com a orientação do pacote laboral do Governo. Onde o executivo mantém ou aprofunda a flexibilização introduzida após a *troika*, a UGT **propõe a reposição de direitos perdidos**. Isso é evidente nas regras do **despedimento**: o Governo aceita indemnizações mais baixas e alarga as possibilidades de afastar a reintegração de trabalhadores despedidos ilicitamente; a UGT defende compensações significativamente mais elevadas, com um mínimo garantido, e limita drasticamente os casos em que o empregador pode evitar a reintegração, restringindo-os a situações excecionais.

O mesmo padrão repete-se na organização do tempo de trabalho. O Governo quer recuperar o **banco de horas** por acordo individual, eliminando o mecanismo coletivo criado para proteger trabalhadores da pressão individual; a UGT rejeita esse regresso e admite apenas soluções coletivas, com maiorias qualificadas. Onde o executivo abre a porta a **contratos de muito curta duração** e a maior rotatividade, a UGT propõe restringir esses contratos às micro e pequenas empresas. E enquanto o Governo fixa critérios mais apertados para reconhecer **trabalhadores economicamente dependentes**, a UGT alarga esse reconhecimento, reduzindo o limiar de dependência para garantir acesso a proteção social.

Até nos pontos de aparente convergência, as diferenças são estruturais. Ambos falam em **25 dias de férias**, mas o Governo transforma esse direito numa recompensa pela assiduidade (sendo indiferente se as faltas são justificadas), mantendo os 22 dias como base; a UGT fixa os 25 dias como direito mínimo universal. O executivo rejeita a redução do **horário semanal** e mantém as 40 horas; a UGT propõe baixar o limite para 35 horas. Em síntese, enquanto o Governo reorganiza o Código do Trabalho para dar mais margem aos patrões, a UGT usa a negociação para recentrar a lei na proteção do trabalhador, revertendo perdas e reforçando direitos.

Para além da reposição e do reforço de direitos existentes, a UGT introduz também novos direitos ou amplia significativamente o seu alcance. Propõe alargar o acesso à **jornada contínua** não apenas a trabalhadores com filhos pequenos ou com deficiência, mas também a trabalhadores-estudantes, cuidadores informais e quem adota uma criança. Defende ainda o reforço do pagamento do **trabalho suplementar** desde a primeira hora, a reposição de regras mais favoráveis no **trabalho noturno e por turnos** e limites mais exigentes à renúncia de **créditos laborais**, exigindo intervenção sindical nos casos previstos em contratação coletiva. Aqui, a lógica deixa de ser apenas defensiva: trata-se de **acrescentar proteção onde nunca existiu ou era insuficiente**.

Falta agora que a **CGTP faça o mesmo caminho**, com uma proposta que será, previsivelmente, ainda mais ambiciosa na conquista de direitos. Ao fazê-lo, contrariaria a ideia, cómoda para o Governo, de que pode continuar a ser ignorada apesar de ser a maior central sindical do país. Uma proposta própria recolocaria a CGTP no centro do processo negocial e impediria que o debate ficasse reduzido a aceitar ou rejeitar a agenda do executivo.

Isto permitiria transformar a negociação numa **continuação política da greve geral**: não como gesto defensivo ou ritual de protesto, mas como exigência concreta de novos direitos. Recusar a posição estritamente defensiva é recusar a armadilha do “mal menor”. Tal como a UGT

demonstrou, negociar não é gerir perdas. É disputar o futuro do trabalho. E essa disputa só faz sentido se for feita para conquistar.

O trabalho do século XXI implica uma adaptação profunda aos **desenvolvimentos tecnológicos e à produtividade acrescida** que estes permitem, o que só faz sentido se houver **partilha desses ganhos entre o lucro e o trabalho**. Mais tecnologia não pode significar apenas mais margem para o capital; tem de significar mais direitos, mais tempo livre e mais formação.

RELACIONADOS

Governo tenta ajustar-se ao novo cenário político

Laboral. Proposta da UGT recebida com espanto



Tem dúvidas, sugestões ou críticas? Envie-me um e-mail:
danieloliveira.lx@gmail.com

PUBLICIDADE

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Ratos de Porão dão concerto em Lisboa no verão



Eurovisão cancela digressão de 70º aniversário: tinha sido anunciada há apenas um mês



A tormenta na agricultura

Newsletters

Receba as newsletters do Expresso

Subscrever

+ Opinião